

**Parecer nº 94/98**

Data: 1998.07.29

Processo nº 404

**Reclamante:** Liga para a Protecção da Natureza - Instituição de Utilidade Pública

**Entidade reclamada:** Instituto da Conservação da Natureza

1. A Liga para a Protecção da Natureza solicitou ao Instituto de Conservação da Natureza, por carta datada de 6 de Abril de 1998, o envio através de cópia da correspondência entre o Instituto de Conservação da Natureza e o Instituto Superior de Agronomia relativa ao sítio em análise “Alargamento do Guadiana”, do relatório preliminar para a definição da Rede Natura 2000.
2. Não tendo obtido qualquer resposta, aquela Liga apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, com data de entrada de 2 de Junho de 1998, reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior.
3. Entretanto a Reclamante por carta entrada na CADA em 30 de Junho de 1998 esclarece que apesar de ter obtido resposta ao pedido apresentado na entidade reclamada, através do envio por esta de alguma da documentação solicitada, a presente reclamação se mantém, por o pedido não ter obtido satisfação na sua totalidade, não se encontrando completo o conjunto de documentos solicitados.
4. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à CADA já se perfizera o prazo de 35 dias previsto no nº 3 do artigo 15º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA).
5. Importa determinar se os documentos aos quais se pretende aceder por reprodução integral se enquadram no objecto da LADA.

6. Da interpretação conjugada dos artigos 2º e 3º da LADA resulta que a LADA se aplica ao acesso a documentos que tenham origem ou sejam detidos por órgãos do Estado que exerçam funções administrativas. Assim, a plena consagração na nossa ordem jurídica do “princípio da administração aberta” - afirmado no nº 2 do art. 268º da CRP e reafirmado no artigo 65º do CPA e no nº 1 do artigo 7º da LADA - garante a qualquer pessoa, singular ou colectiva, o direito de aceder - por meio de consulta gratuita, reprodução ou passagem de certidão (cfr. nº 1 do artigo 12º da LADA) - a todos os documentos administrativos não nominativos detidos pela Administração Pública, sem que para tal tenha sequer de provar a titularidade de um qualquer interesse mais ou menos qualificado.
7. A consagração universal deste direito, além de servir para pacificar interesses subjectivos, dá corpo a uma garantia de maior transparência e de maior controlabilidade dos procedimentos e das decisões dos órgãos da Administração Pública, no caso dos Institutos Públicos, o que a transforma num dos pilares do Estado de Direito dos nossos dias.

Destas considerações resulta claro que a reclamante tem, por força do nº 1 do artigo 7º da LADA, direito de acesso aos documentos cuja reprodução foi requerida à entidade reclamada, e na parte em que tal pedido ainda não obteve satisfação, salvo se e na parte em que as informações deles constantes tenham sido objecto de classificação como segredo de estado, nos termos da Lei 6/94, de 7 de Abril.

Na verdade, tratando-se de documentos administrativos não nominativos (uma vez que não são susceptíveis de conter dados pessoais), cujo conteúdo não é susceptível de conflitar com os bens protegidos pelos artigos 5º, 6º e 10º da LADA, não existe qualquer razão que possa impedir a ora reclamante de ter acesso a esses documentos, designadamente através da reprodução dos mesmos através de fotocópia.

Conclui-se que a ora reclamante tem por força do nº 1 do artigo 7º da LADA, direito de acesso aos restantes documentos de que ainda não recebeu a pretendida cópia

Lisboa, 29 de Julho de 1998

*Gameiro dos Santos* (Relator) – *José Magalhães* - *Silva Marques* – *Narana Coissoró* –  
*Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* - *João*  
*Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)